



SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ: 45.083.219/0001-30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS						DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS						DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS					
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		P A S S I V O	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023		2024	2023	2024	2023	
Circulante						Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	7	2.339	2.786	12	6	45	28.985	35.247							
Aplicações financeiras	4	27.679	17.805	53.718	265.115												
Contas a receber	5	-	-	60.127	137.772	13	171	183	25.069	35.827							
Estoques	6	-	-	35.825	34.152				16.043	9.222							
Impostos a recuperar	7	2.421	1.535	15.103	34.019	16	4.288	10.013	4.288	18.156							
Dividendo a receber	16	-	-	37.045	-				-	5.151							
Mútuos	16	-	-	7.824	17.709				-	-							
Despesas antecipadas	-	-	-	258	2.865				-	-							
Outras Contas a Receber	-	-	-	4.233	1.753				34.809	40.646	120.138	97.287					
		30.111	56.392	179.487	504.174												
Não Circulante						Não Circulante											
Contas a receber	5	4.264	-	182.338	169.000	12	-	-	-	57.217							
Precatórios a receber	8	-	-	79.753	79.847	14	-	-	5.975	12.419							
Depósitos judiciais	297	233	48.853	47.861					8.857	8.857							
Imóveis a comercializar	-	-	840	840					-	-							
Mútuos	16	67.895	34.347	-	-				-	80.903							
Despesas antecipadas	-	-	-	-	-				-	2.390							
Instrumentos financeiros	9	189.721	260.725	189.721	260.725				46.028	69.326	82.400	792.975					
Ativos fiscal diferido	21	38.565	38.565	117.373	115.491	17	691.194	1.188.457	691.194	1.188.457							
Outras Contas a Receber	-	-	-	5.162	39.177				63.638	430.893	63.638	430.893					
Investimentos	10	-	1.339.060	169	-				754.833	1.619.350	754.833	1.619.350					
Imobilizado	11	504.817	-	152.899	1.699.850				-	-	-	-					
Intangível	-	-	-	412	6.805				-	233.564	-	-					
		805.559	1.672.931	777.884	2.419.596				835.670	1.729.323	957.371	2.923.766					
Total do Ativo		835.670	1.729.323	957.371	2.923.766				835.670	1.729.323	957.371	2.923.766					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO													
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Nota	Capital social		Reservas		Ajustes de avaliação		Lucros acumulados		Participação de não patrão		Total de patrimônio líquido	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
		1.188.457	42.911	226.703	-	-	-	1.458.071	256.452	1.174.523	1.174.523		
Lucro líquido do exercício	17c	-	-	-	-	-	-	210.805	210.805	81.918	292.724		
Dividendos adicional	17c	-	-	(39.513)	-	-	-	(39.513)	(82.286)	(121.799)	(121.799)		
Dividendos propostos	17c	-	-	-	-	-	-	(10.013)	(10.013)	(8.143)	(18.156)		
Reserva legal	17b	-	-	10.540	-	-	-	(10.540)	-	-	-		
Reserva de lucros	17c	-	-	190.252	-	-	-	(190.252)	-	-	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2023		1.188.457	53.451	377.442	-	-	-	1.619.350	233.564	1.852.914	1.852.914		
Aumento de Capital	17	237.906	-	(188.721)	-	-	-	49.186	-	49.186	-		
Incorporação	17	82	-	89	-	-	-	171	-	171	-		
Cisão Parcial	17	(735.251)	-	-	-	-	-	(735.251)	(233.564)	(968.811)	-		
Lucro líquido do exercício	17c	-	-	-	-	-	-	14.474	14.474	14.474	-		
Dividendos adicional	17c	-	-	-	-	-	-	(188.810)	-	(188.810)	-		
Dividendos propostos	17c	-	-	-	-	-	-	(4.288)	(4.288)	(4.288)	-		
Reserva legal	17b	-	-	724	-	-	-	(724)	-	-	-		
Reserva de lucros	19c	-	-	9.463	-	-	-	(9.463)	-	-	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		691.194	54.175	9.463	-	-	-	754.833	-	754.833	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
1. Contexto operacional: A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua José Pereira Jorge, 178, Setor 27, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 1993. A Companhia é uma holding das empresas do Grupo Serveng composto pelas: Serveng Civilian S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que tem como objeto construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armazéns e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas asfálticas e outros materiais; Serveng Energias Renováveis S.A. (Energia Renováveis), que tem como objeto comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; Eolicabras Ltda. (Eolicabras) tem como o objeto fabricação de estruturas pré moldadas de concreto armado, série e sob encomenda; Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (Serveng DI), que tem o objeto de construção e incorporação empreendimentos imobiliários; Mineração Barueri Ltda., Mineração Jambiero Ltda., Mineração Aparecida Ltda. tendo no estado de São Paulo e Mineração São Luís Ltda. no estado do Maranhão, tendo os objetivos extração e refino de minerais não metálicos. Tendo exclusivamente na sua finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa e controla, além de consolidar e maximizar as operações. 2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.2. Bases de mensuração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Uso de estimativa e julgamentos: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínuo, utilizando como referência a experiência e julgamento da administração. As alterações de estimativas são feitas quando há mudança de situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; Nota 11 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; Nota 12 - Provisões para desmobilização; Nota 16 - Provisão para demandas judiciais; Nota 24 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento proibido inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. 3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. 3.2. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. 3.3. Aplicações financeiras: A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. 3.4. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas a valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. 3.5. Estoques: Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização. 3.6. Imóveis a comercializar: Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em construção. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição. 3.7. Instrumentos financeiros: 3.7.1. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo financeiro individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. 3.7.3. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado são determinados pelo valor justo. 3.8. Investimento: Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria caixa são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. 3.9. Imobilizado e intangível: Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados os custos das transações de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revista anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quando ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. 3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros: A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui valor recuperável ou que o valor recuperável de um ativo é maior entre seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment"). 3.11. Fornecedores: Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivos circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. 3.12. Empréstimos e financiamentos: São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. 3.13. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para					

demanda judicial são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. 3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa de imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. IMPOSTOS DIFERIDOS representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias existentes sobre elas, ou eventuais, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. 3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. 3.16. Capital social: Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas no balanço patrimonial líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. 3.17. Apuração do Resultado: A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre venda. A receita de operações com contratos de cobertura aferefeita, não é reconhecida até a existência desse direito no final do período do relatório devido a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; e A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. 3.18.2. Alterações na norma IFRS 16/CP 06 R2 Arrendamento: Acrescentamos exigências de mensuração subsequentes para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CP 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequentes para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passagens de arrendamento, materiais auxiliares e outros estoques de arrendamento destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização. 3.6. Imóveis a comercializar: Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em construção. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição. 3.7. Instrumentos financeiros: 3.7.1. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo financeiro individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. 3.7.3. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado são determinados pelo valor justo. 3.8. Investimento: Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria caixa são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. 3.9. Imobilizado e intangível: Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados os custos das transações de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revista anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quando ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. 3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros: A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui valor recuperável ou que o valor recuperável de um ativo é maior entre seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment"). 3.11. Fornecedores: Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivos circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. 3.12. Empréstimos e financiamentos: São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. 3.13. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para

demanda judicial são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. 3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e considerando, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa de imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. IMPOSTOS DIFERIDOS representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias existentes sobre elas, ou eventuais, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável. 3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. 3.16. Capital social: Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas no balanço patrimonial líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. 3.17. Apuração do Resultado: A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre venda. A receita de operações com contratos de cobertura aferefeita, não é reconhecida até a existência desse direito no final do período do relatório devido a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; e A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. 3.18.2. Alterações na norma IFRS 16/CP 06 R2 Arrendamento: Acrescentamos exigências de mensuração subsequentes para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CP 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequentes para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passagens de arrendamento, materiais auxiliares e outros estoques de arrendamento destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização. 3.6. Imóveis a comercializar: Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em construção. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição. 3.7. Instrumentos financeiros: 3.7.1. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo financeiro individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. 3.7.3. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado são determinados pelo valor justo. 3.8. Investimento: Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria caixa são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. 3.9. Imobilizado e intangível: Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados os custos das transações de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revista anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quando ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. 3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros: A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui valor recuperável ou que o valor recuperável de um ativo é maior entre seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment"). 3.11. Fornecedores: Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivos circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. 3.12. Empréstimos e financiamentos: São registrados pelos valores originais de captação, ded

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

18. Receita líquida: Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Receitas		
Receita de Bruta	473.331	1.010.155
Impostos sobre faturamento	(42.052)	(72.382)
Devoluções e cancelamentos	(361)	(383)
Receita líquida	430.918	937.390

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pelas operações executada pelas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos. **19. Custos e despesas por natureza:** A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Classificação por Natureza				
Depreciação e amortização	-	-	(14.659)	(82.334)
Custo do produto vendido	-	-	(149.709)	(296.681)
Custo com mão de obra	-	-	(88.781)	(40.597)
Serviços de terceiros	-	(1.077)	(78.288)	(30.354)
Despesas com seguros	-	-	(1.795)	-
Despesas com pessoal	-	-	(28.054)	(24.723)
Despesas com serviços	(1.276)	(39)	(37.831)	(16.726)
Despesas tributárias	(405)	(723)	(4.115)	(5.766)
Despesas com arrendamento	-	-	(9.185)	(11.526)
Contingências	-	234	(2.276)	-
Centro de Serviços Compartilhados	-	-	-	(1.594)
Resultado de impairment	-	-	11.863	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	1.529	-	573
Dividendos	7.710	3.538	7.710	3.538
Outras (despesas)/receitas líquidas	(18)	2.481	(61.024)	(45.979)
	6.011	5.943	(456.144)	(552.242)
Classificação por Função				
Custo do produto vendido	-	-	(355.718)	(469.846)
Despesas administrativas (i)	(1.319)	(1.614)	(114.952)	(114.322)
Outras receitas/(despesas) líquidas	7.330	7.557	14.526	31.927
	6.011	5.943	(456.144)	(552.169)

(i) Inclui a depreciação.

20. Receitas e despesas financeiras, líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.158	4.831	11.528	35.478
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	61.184	-	61.184
Juros recebidos	-	-	11.560	2.925
Descontos obtidos	-	-	852	692
	8.158	66.015	23.940	100.279
Despesas financeiras				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	(74.397)	-	(74.397)	-
Juros sobre empréstimos	-	-	(2.716)	(78.082)
Juros sobre arrendamento	-	-	-	(5.054)
Impostos sobre operações financeiras	(302)	(139)	(306)	(155)
Juros incorridos	-	(81)	(183)	(2.887)
Despesas bancárias	(165)	(474)	(481)	(684)
Outras despesas financeiras	-	-	(797)	(1.438)
	(74.864)	(694)	(78.880)	(88.300)
Total	(66.706)	65.321	(54.940)	11.979

21. Imposto de renda e contribuição social - corrente

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Diferenças temporárias	-	-	745	3.467
Prejuízos fiscais	(38.565)	(38.565)	(118.482)	(118.958)
Total diferido ativo	(38.565)	(38.565)	(117.737)	(115.491)
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	(77.322)	(78.785)	(88.322)	(82.033)
Exclusões temporárias de órgãos público	-	-	-	-
Outras exclusões e adições	15.459	9.459	15.834	10.595
Total diferido passivo	(61.863)	(69.326)	(72.488)	(71.438)
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	(23.298)	(21.302)	45.249	(19.127)

Demonstração de resultado corrente:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Impostos de renda	(360)	(694.539)	(4.316)	(59.427)
Contribuição social	(952)	(258.674)	(8.172)	(25.469)
Imposto de renda e contribuição social	(1.312)	(953.213)	(12.488)	(84.896)

22. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **22.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **22.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	28.985	-	-

22.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **22.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R\$307.977 no consolidado e R\$31.954 na controladora (R\$623.603 no consolidado e R\$17.813 na controladora em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **22.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **22.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

	Valor contábil		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023
Consolidado				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.339	2.786	2.339	2.786
Aplicações financeiras	53.718	265.115	53.718	265.115
Contas a receber	242.465	306.772	242.465	306.772
Outras contas a receber	9.455	48.930	9.455	48.930
Total	307.977	623.603	307.977	623.603
Passivos financeiros				
Fornecedores	28.985	35.247	28.985	35.247
Dividendos a pagar	4.288	18.156	4.288	18.156
Outras contas a pagar	45.754	97.579	45.754	97.579
Total	79.027	150.982	79.027	150.982

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **22.7. Instrumentos financeiros por categoria:**

	2024		Custo amortizado
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	
Consolidado			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2.339	-	-
Aplicações financeiras	-	53.718	-
Contas a receber	242.465	-	-
Outras contas a receber	9.455	-	-
Total	65.511	53.718	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	28.985
Dividendos a pagar	-	-	4.288
Outras contas a pagar	-	-	45.754
Total	-	-	79.027

Consolidado

	2023	
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado
Caixa e equivalentes de caixa	2.786	-
Aplicações financeiras	-	265.115
Contas a receber	306.772	-
Outras contas a receber	48.930	-
Total	358.488	265.115

Passivos financeiros

Fornecedores	-	35.247
Dividendos a pagar	-	18.156
Outras contas a pagar	-	97.579
Total	-	150.982

22.8. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **22.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.** O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;** **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;** **Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;** **Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas.** Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Operação	Exposição	Risco	Pro- Aumento			Redução	
			vável	25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira	CDI						
Receita financeira	23.940	12,15%	2.909	3.636	4.364	2.182	1.455
Financiamentos	TJLP						
(-) Despesa financeira	(78.879)	7,43%	(5.861)	(7.326)	(8.792)	(4.396)	(2.931)
Resultado financeiro			(2.952)	(3.690)	(4.428)	(2.214)	(1.476)

23. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido

Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falcí

CRC 1 SP 252875/O-1

São Paulo, 28 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1

Henrique Herbel de Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>